

VENERANDA JUÍZA PRESIDENTE DO CONSELHO CONSTITUCIONAL

CIDADE DE MAPUTO

**ASSUNTO: INVOCAÇÃO DE NULIDADE DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL NA
CIRCUNSCRIÇÃO – ZIMBABUÉ**

Veneranda,

JUDITE PITORRONE LUÍS MAHOCHÉ SIMÃO, Mandataria Nacional do Candidato Presidencial, **Eng. VENÂNCIO ANTÓNIO BILA MONDLANE**, vem na qualidade de *interessada*, ao abrigo do artigo 286º do Código Civil e do Princípio consagrado no Acórdão nº 10/CC/2024, de 31 de Agosto, p. 7, invocar nulidade, por irregularidades invalidantes absolutamente do processo de votação da eleição presidencial, do dia 9 de Outubro de 2024, na circunscrição do Zimbabué, por esta ter contado com **296.519 cidadãos zimbabueanos, sem capacidade eleitoral activa.**

A matéria que leva a se invocar nulidade consta no Relatório da *Southern Africa Human Rights Lawyers High Commission Mozambique*, anexo, (versão em Língua Inglesa) - ANEXO 1- cujo o teor centra-se na afirmação de que **296.519 zimbabueanos votaram, no Zimbabué, ilegalmente nas eleições gerais de 9 de Outubro de 2024,**

A título de exemplo são apresentados os "Eleitores/Votantes" ANEXO 2, Nyasha Robson Mariga; Tinashe Koga Muchenje e Garikai Mafirakureva, cidadãos zimbabueanos.

Havendo vontade e interesse na apreciação da matéria, podem ser feitas diligência junto do Ministério do Interior (MINT) para se averiguar se os 296.519 votantes/eleitores, em crise, no Zimbabué, são ou não moçambicanos com dupla



nacionalidade. Pelo que, havendo efetivamente interesse no apuramento da verdade por Vossas Excelências, uma vez submetida respetiva documentação devidamente traduzida em língua portuguesa, por um Tradutor Ajuramentado. esta serve como prova bastante e irrefutável do aqui alegado.

Maputo aos 19 de Novembro de 2024

Judite Pitorrune Luís Mahoche Simão



Mandatária Nacional

Anexa-se:

1. Relatório da ***Southern Africa Human Rights Lawyers High Commission Mozambique***, Versão em Língua Inglesa – ANEXO 1
2. Fotos de cartões de eleitor – ANEXO 2
3. Mais informação pode se colhida no jornal Zimbabueanos *The Mirror* – tel: +263773053704. <https://masvingomirror.com/296-000-zimbabweans-voted-in-mozambique-elections-sahr/>

PROCURAÇÃO

VENÂCIO ANTONIO BILA MONDLANE, moçambicano, casado, natural de Lichinga, titular do blihate de identidade número 110100089929F, emitido em Cidade de Maputo, aos 17 de Agosto de 2016, residente nesta Cidade, Distrito Municipal Kampfumu, por este instrumento particular e na melhor forma de direito, nomeiam e constituem seu procurador bastante, a senhora Dra Judite Pitorrwane Luís Mahoche Simão, Jurista, de Nacionalidade Moçambicana, portadora do Bilhete de Identidade nº 110100194317B, emitido pelo Arquivo de Identificação Civil da Cidade de Maputo, aos 24 de Junho de 2016, válido até 24 de Junho de 2026, contactável pelos números de telemóvel: (258) 84 6695946 e 87 6614190, a qual, com a faculdade de substabelecer, lhe é conferido plenos Poderes Forenses em Direito permitidos, para o representar em juízo e fora dele, perante a Comissão Nacional de Eleições, em quaisquer entidades, autoridades, repartições públicas e privadas, bem como nas que aqui não foram mencionadas, especialmente podendo em seu nome, propor e fazer seguir acções, seus incidentes e recursos, transigir, decidir, receber citações, notificações, certidões de sentenças, requerer, promover, praticar, assinar demais documentos que se mostrem indispensáveis ao cumprimento do presente mandato em a defesa dos seus direitos e interesses.

Assim o disse e outorgou, depois de lido e esclarecido do conteúdo deste mandato---

Maputo, 22 de Outubro de 2024

* Venâncio António Bila Mondlane

baa
1000
1000
1000

CUSTÓDIO ABÍLIO MONDLANE

TRADUTOR OFICIAL E AJURAMENTADO
OFFICIAL SWORN TRANSLATOR

Licença Nº 014/2006

Termo de Juramento: Livro Nº 06, Folhas 88v

1º Cartório: Livro Nº227/2007, Folhas 17v

3º Cartório: Livro Nº100/2007, Folha 1, Nº100

License Nr 014/2006

Oath Term: Book Nr 06, Leave 88v

1st Notary Public's Office: Book Nr 227/2007, Leave 17v

3rd Notary Public's Office: Book Nr 100/2007, Leave 1, Nr 100

Declaro por minha honra e a pedido do interessado,
que esta tradução de Inglês para Português, que vai por mim assinada e
carimbada, é uma tradução fiel e exacta do documento original que me
foi apresentado,

Relatório Executivo composto por 5 página(s).

I hereby declare on request of the person concerned, that this translation
made from English into Portuguese, which I set my hand and seal, is the
best of my knowledge, a truthful, correct and accurate translation of the
original document presented to me.

Executive Report consisting of 5 page(s).

O TRADUTOR / THE TRANSLATOR

Custódio Abílio Mondlane

CUSTÓDIO ABÍLIO MONDLANE

TRADUTOR OFICIAL AJURAMENTADO

Português vs Inglês

Cell. +258845417220

Email: custodiamondlane@gmail.com

NUT: 100473044

20/11/2024

O Tradutor não se responsabiliza pelo conteúdo e pela forma como os documentos originais se apresentam, responsabilidade essa que
deverá ser da autoridade que emite os documentos e do titular dos mesmos. O Tradutor apenas assume a responsabilidade pela tradução

The Translator does not take any responsibility of the content and the way the original document is presented, that responsibility must be
under authorities who issue the documents and the owner of it. The translator only takes the responsibility of the Translation.



[Emblema da SAHRL]

**RELATÓRIO EXECUTIVO DA FRAUDE NAS ELEIÇÕES DE MOÇAMBIQUE EM 2024
ADVOGADOS DE DIREITOS HUMANOS DA ÁFRICA AUSTRAL**

**MAIS DE 296 519 VOTOS
EXPRESSOS NA INTERFERÊNCIA ILEGAL
DO ZIMBABWE NAS ELEICOES
DE MOCAMBIQUE EM 2024**



RELATÓRIO EXECUTIVO SOBRE A INTERFERÊNCIA DO ZIMBABUÉ NAS ELEIÇÕES HARMONIZADAS DE 2024 EM MOÇAMBIQUE

*Relatório compilado pelo Alto Comissário da SAHRL – Prof Talent Rusere
Data de Publicação: 14 de Novembro de 2024*

As eleições harmonizadas de 9 de Outubro de 2024 em Moçambique foram marcadas por uma restrição dos direitos e liberdades, pela falta de condições equitativas e pela interferência do Presidente do Zimbabué, Emerson Dambudzo Mnangagwa, que é o Presidente em exercício do Comité de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da ZANU PF, partido no poder no Zimbabwe, o que limitou a capacidade dos eleitores moçambicanos de fazerem as suas escolhas num ambiente genuinamente livre e pluralista. O processo eleitoral foi marcado por um medo significativo de violência e por um clima de retaliação que se desenvolveu após as eleições e que resultou no assassinato de dois membros seniores da oposição e na fuga para o exílio do candidato presidencial da oposição independente de Moçambique, Venâncio Mondlane, e da sua família.

Neste contexto, são necessárias reformas abrangentes e significativas, bem como a vontade política de as empreender, por parte do Comité de Desenvolvimento da África Austral (Troiker) e das autoridades moçambicanas, a fim de lançar as bases para a realização de eleições genuínas e credíveis para uma nova eleição.

As provas apresentadas neste relatório faz parte de um trabalho feito pela Associação de Advogados dos Direitos Humanos da África Austral (SAHRL), corroborado pelos meios de comunicação social e outros associados regionais. O SAHRL não foi convidado pelo governo de Moçambique para observar as eleições harmonizadas.

Os Advogados de Direitos Humanos da África Austral enfrentaram desafios significativos para se reunirem com quaisquer organismos oficiais a nível nacional, apesar de pedidos insistentes, incluindo a Comissão Nacional de Eleições (CNE), que esteve sempre indisponível para reuniões com o Alto Comissário e a delegação do SAHRL. Esta falta de acesso significativo foi associada a uma campanha de desinformação extensa, coordenada e contínua contra o SAHRL e outros esforços de observação internacional por parte de alguns meios de comunicação social. Os observadores enfrentaram severas restrições devido à redução do espaço para actividades cívicas, barreiras administrativas, pressões e intimidações constantes no dia das eleições. O quadro jurídico poderia ter proporcionado uma base adequada para a realização de eleições credíveis, se tivesse sido corretamente aplicado.

Embora os resultados oficiais ainda não tenham sido divulgados, estava a tornar-se claro que a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), o partido no poder desde a independência de Moçambique, há quase 50 anos, e o seu candidato, Daniel Chapo, estavam a ganhar a corrida presidencial, seguido de Venâncio Mondlane, com o apoio dos eleitores moçambicanos, ter levantado preocupações sobre a fraude eleitoral junto do Conselho Constitucional.

O QUE ACONTECEU COM AS ELEIÇÕES

O candidato da Frente de Libertação de Moçambique, Daniel Chapo, foi declarado vencedor das eleições presidenciais de 24 de Outubro, mantendo o partido que governa Moçambique desde a independência, em 1975, no poder por mais cinco anos.

Houve muitas irregularidades durante o acto eleitoral. Houve demasiadas violações dos direitos humanos, violações da lei eleitoral moçambicana e da Constituição da República de Moçambique em geral. Os observadores da nossa missão relataram o enchimento de urnas, a



manipulação dos cadernos eleitorais e a ocupação das assembleias de voto por pessoas leais ao partido no poder, num país com cerca de 34 milhões de habitantes.

Além disso, a equipa de observadores da União Europeia registou irregularidades nas eleições, incluindo a alteração de alguns resultados, enquanto os meios de comunicação social moçambicanos noticiaram que o Conselho Constitucional, o órgão supremo da lei eleitoral, pediu à comissão que dirigiu as eleições que explicasse as discrepâncias, o que explica os atrasos na retificação dos resultados dos eleitores confusos.

Para além das irregularidades dentro das fronteiras moçambicanas, também identificamos fraudes eleitorais massivas e irregularidades nas missões diplomáticas moçambicanas no estrangeiro, onde os moçambicanos residentes no estrangeiro foram impedidos de votar. Em Berlim, houve atrasos significativos e materiais de votação insuficientes, o que fez com que muitos moçambicanos que vivem na Alemanha não pudessem votar, enquanto havia materiais de acesso enviados para o Zimbabué com agendas de fraude.

A maior irregularidade ocorreu no Zimbabué, onde milhares de cidadãos não moçambicanos participaram nas eleições. Muitos destes eleitores foram incitados pelo partido no poder, Zanu-PF, a votar em Daniel Chapo, da Frelimo.

Com a ajuda de vídeos gravados pelo jornal The Mirror Masvingo News, reunimos provas de um número significativo de apoiantes da Zanu-PF que votaram nas eleições gerais de Moçambique.

Entre eles, o antigo vereador da Zanu-PF, Edison Manyawi, que se orgulhou publicamente de ter votado no "partido irmão da Zanu-PF, a Frelimo" em Moçambique, apesar de ser ilegal: "Estamos satisfeitos com o que fizemos porque Moçambique é nosso vizinho e ajudou-nos durante a luta de libertação, por isso não hesitámos. O objetivo é ajudar a Frelimo a ganhar estas eleições", disse Edison Manyawi depois de votar, num vídeo publicado pelo jornal The Mirror Masvingo.

Os Advogados dos Direitos Humanos da África Austral conseguiram descobrir informações que revelam como centenas de milhares de zimbabuanos votaram nos seguintes distritos do Zimbabué: Masvingo, Bikita, Buhera, Gutu, Murehwa, Chegutu, Chipinge, Rusape, Noton, Mutare e Harare. Jovens e velhos membros da Zanu PF receberam documentos de identificação moçambicanos e verdadeiros cartões de eleitor de uma fonte não especificada e foram instruídos a votar em Daniel Chapo, o candidato presidencial da Frelimo.

O jornal Mirror Masvingo também noticiou estas e outras violações eleitorais semelhantes relacionadas com as eleições de 9 de Outubro em Moçambique, fornecendo testemunhos e fotografias.

Já em Abril, outro jornal zimbabueano, The Mirror, tinha noticiado o registo eleitoral ilegal de milhares de cidadãos zimbabueanos para as eleições em Moçambique.

A Zanu PF registou milhares de zimbabueanos para votarem nas eleições presidenciais e legislativas moçambicanas que se realizam a 9 de Outubro de 2024, segundo revelou uma investigação secreta do The Mirror.

O processo de recenseamento foi tão escandaloso que três repórteres do Mirror se encontravam entre as centenas de zimbabueanos recenseados e munidos de cartões de eleitor de plástico, num posto de recenseamento em Nemamwa Growth Point, 25 km a sudeste de Masvingo, na terça-feira, 23 de Abril de 2024.

O processo de registo em todo o país teve início na segunda-feira, 22 de Abril, até 28 de Abril de acordo com fontes da estação em Nemamwa, Mavingo. Os repórteres do Mirror, tal como muitos outros inscritos, não puderam comparecer no primeiro dia devido às longas filas de espera e tiveram de obter um número de lista de espera para o dia seguinte. As secretárias usadas nas salas de registo tinham a inscrição "Zanu PF".



Enquanto mais de cem mil cidadãos moçambicanos não conseguiram votar devido à desorganização organizada pelas autoridades eleitorais com a ajuda da Zanu PF, estas não providenciaram pessoal suficiente nem o material de votação necessário em muitas assembleias de voto, mas facilitaram uma fraude massiva de mais de 500 mil eleitores ilegais.

RESUMO DOS ELEITORES ILEGAIS

• BIKITA ,BUHERA & GUTU

53 122 membros do Zanu Pf votaram ilegalmente nas eleições moçambicanas no Centro de Comando do Centro de Formação de Duma, perto do Nyika Growth Point, sob o comando do deputado do Zanupf de Bikita Oeste, Beauty Chabaya, e da sua equipa

• MUREHWA & ARREDORES

36 872 membros do Zanu Pf votaram ilegalmente nas eleições moçambicanas em Murehwa, sob o comando do deputado do Zanupf de Murehwa, Garwe Daniel, e do Secretário do DCC de Murehwa do Zanu Pf para os transportes, Sr. Matikiti, juntamente com outros 30 presidentes do Zanupf que operam sob o DCC de Murehwa do Zanupf.

• MASVINGO & CHIPINGE

41 213 membros da Zanu Pf votaram ilegalmente nas eleições moçambicanas no Centro de Comando do Centro de Formação Moud Muzenda em Muccheke Surbub, cidade de Masvingo, sob o comando de Tracy Masarakura, membro do DCC da Zanupf Masvingo, e de Delight Mandebvu e equipa da Liga Provincial da Juventude da Zanu PF de Masvingo.

• MUTARE & RUSAPE

76 519 membros do Zanu Pf votaram ilegalmente nas eleições moçambicanas em Mutare, sob a administração de Getrude Mutandi e equipa, da pasta parlamentar do Zanupf para os assuntos da mulher, da comunidade e do desenvolvimento das PME.

• HARARE & NORTON

69 019 membros da Zanu Pf votaram ilegalmente nas eleições de Moçambique em Harare, sob a administração do presidente provincial da Zanu PF em Harare, Goodwills Masimirembwa, do vice-presidente Ephraim Pfundukwa e da sua equipa.

• CHEGUTU

19 774 membros da Zanu PF votaram ilegalmente nas eleições moçambicanas em Chegutu e arredores, sob a administração de Zanu PF DCC Youth Affairs Chegutu Admin Cadre R. T Sululu Mwana Norton com o Presidente Provincial da Juventude de Mashonaland West, Cde T. Masenda, e os Presidentes Distritais do círculo eleitoral de Norton.

O NÚMERO TOTAL DE VOTOS ILEGAIS EXPRESSOS ATÉ À DATA É DE 296 519

Milhares de moçambicanos foram impedidos de votar porque os seus nomes foram retirados dos cadernos eleitorais pelo STAE (Secretariado Técnico de Administração Eleitoral), particularmente em bairros e distritos que tradicionalmente votam na Renamo e na oposição em geral.

Em muitos casos, a contagem teve de ser feita à luz de velas porque o fornecimento de energia eléctrica foi sabotado e cortado por agentes da Frelimo.



[Emblema da SAHRL]

ALTO COMISSARIADO DE ADVOGADOS DE DIREITOS HUMANOS DA AFRICA AUSTRAL

mozambique@sahrf.org.za

www.sahrf.org.za

+258 867383810

"Em Quelimane, a Renamo encontrou uma pasta com 117 boletins de voto pré-preenchidos a favor da Frelimo. Isto prova que as eleições foram manipuladas no interior do país e, quando o diretor do STAE foi interrogado, alegou não saber de nada e não conseguiu explicar", disse Araújo.

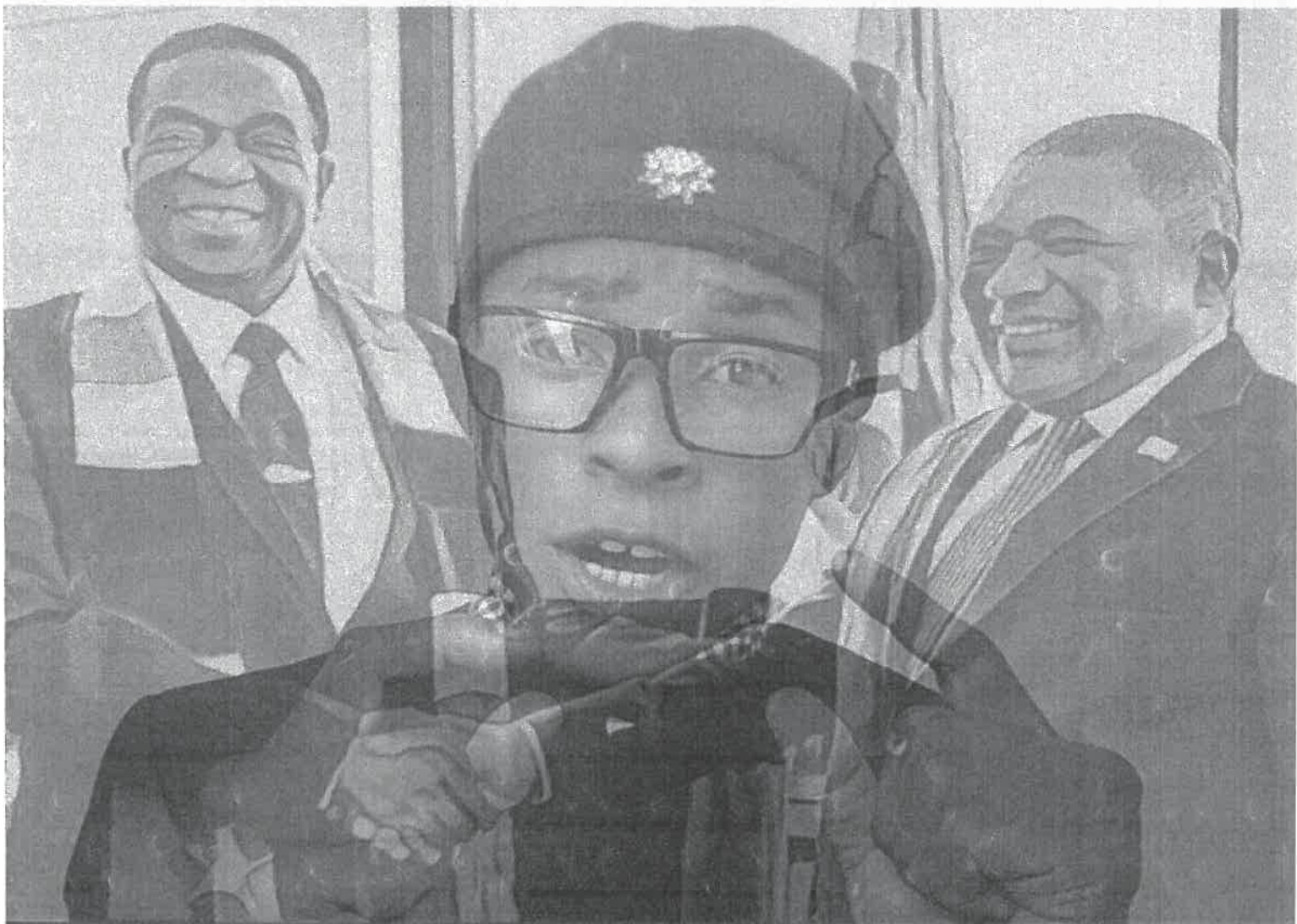
Todos estes casos foram entregues ao Ministério Público. Os Advogados dos Direitos Humanos da África Austral iniciaram a sua investigação logo após Araújo, da RENAMO, ter apelado a uma investigação nacional e internacional independente:

Os Advogados dos Direitos Humanos da África Austral têm provas das suas alegações e estão prontos a desafiar o governo do Zimbabué e as autoridades moçambicanas sobre as suas alegações. Na situação atual, não vale a pena continuar a realizar eleições, mas sim começar a definir uma data e as reformas eleitorais fundamentais necessárias para uma reeleição.





MOZAMBIQUE ELECTION FRAUD EXECUTIVE REPORT 2024
SOUTHERN AFRICA HUMAN RIGHTS LAWYERS



MORE THAN 296 519 VOTES
CASTED IN ZIMBABWE'S ILLEGAL
INTERFERENCE WITH THE 2024
MOZAMBIQUE ELECTIONS



SOUTHERN AFRICA HUMAN RIGHTS LAWYERS HIGH COMMISSION MOZAMBIQUE (SAHRL)
mozambique@sahrf.org.za
www.sahrf.org.za
+258 867383710

EXECUTIVE REPORT ON ZIMBABWE'S INTERFERENCE WITH THE 2024 MOZAMBIQUE HARMONIZED ELECTIONS

*Report Compiled by SAHRL High Commissioner- Prof Talent Rusere
Date of Publication: 14 November 2024*

The 9 October 2024 harmonized elections in Mozambique were marked by a curtailment of rights and freedoms, lack of a level playing field and interference of Zimbabwe's President Emerson Dambudzo Mnangagwa who is the sitting Chairman of the Southern Africa Development Committee (SADC) and the ruling Zanu pf which limited Mozambican voters' ability to make their choices in a genuinely free and pluralistic environment. A palpable fear of violence underlay the electoral process throughout, and a climate of retribution which developed after the elections resulting in murder of 2 senior opposition officials and the fleeing of Mozambique's independent opposition Presidential candidate Venancio Mondlane and his family to exile.

In this context, comprehensive and meaningful reforms, and the political will to engage in them are necessary on the part of the Southern Africa Development Committee Troiker and the Mozambican authorities to lay the ground for genuine and credible elections for a reelection.

The evidence provided in this report is a handwork of the Southern African Human Rights Lawyers (SAHRL) corroboration with News media and other regional associates. The SAHRL was not invited by the government of Mozambique to observe the harmonized elections.

The Southern Africa Human Rights Lawyers faced significant challenges to meet with any official bodies at the national level, despite repeated requests. This included the National Election Commission (CNE), which was always unavailable for meetings with the High Commissioner and the SAHRL delegation. This lack of meaningful access was coupled with an extensive, coordinated, and continued disinformation campaign against the SAHRL and other international observation efforts on the part of some media.

Citizen observers faced severe restrictions due to a shrinking space for civic activities, administrative barriers, pressure, consistent intimidation on election day. The legal framework could have provided an adequate basis for the conduct of credible elections, if implemented properly.

While the official results have yet to be released, it was becoming clear that the Liberation Front of Mozambique (FRELIMO), the party in power since Mozambique's independence almost 50 years ago, and its candidate, Daniel Chapo, was winning the presidential race, before Venancio Mondlane with



SOUTHERN AFRICA HUMAN RIGHTS LAWYERS HIGH COMMISSION MOZAMBIQUE (SAHRL)

mozambique@sahrf.org.za

www.sahrf.org.za

+258 867383710

the support of voters in Mozambique raised concerns over election fraud through the constitutional court.

WHAT HAPPENED WITH THE ELECTION

The candidate for the ruling Front for the Liberation of Mozambique, Daniel Chapo, was declared the winner of the presidential election on October 24 to keep the party that has governed Mozambique since independence, 1975 in power for another five years.

There were a lot of irregularities through out the election. There were too much human rights violations, violations of the Mozambican electoral act and the constitution of Mozambique at large. Our mission observers reported ballot stuffing, manipulating voter lists and staffing polling stations with officials loyal to the ruling party in a country of around 34 million people.

Also, the European Union's observer team recorded irregularities in the election, including the altering of some results while the Mozambican media reported that the Constitutional Council, the supreme body for election law, asked the commission that ran the election to explain discrepancies which is the reason to the delays in rectifying the puzzled voters results.

Apart from Irregularities with in the Mozambican borders, we also noted massive election fraud and irregularities by the Mozambican diplomatic missions abroad, where Mozambicans living overseas could not cast their votes. In Berlin there were massive delays and insufficient voting materials meant many Mozambicans living in Germany could not vote while there were access materials send to Zimbabwe on fraud agendas.

The biggest irregularity, occurred in Zimbabwe, where thousands of Non Mozambican citizens participated in the election. Many of these voters were urged by the ruling Zanu-PF party to vote for Frelimo's Daniel Chapo.

With the help of videos recorded by The Mirror Masvingo News paper we have gathered evidence of a significant number of Zanu-PF supporters, who voted in Mozambique's general elections."

These include, former Zanu-PF city councilor Edison Manyawi who publicly boasted about voting for "Zanu Pf sister party Frelimo" in Mozambique, even though it was illegal: "We are happy with what we did because Mozambique is our neighbor and helped us during the liberation struggle, so we did not hesitate. It's about helping Frelimo win these elections," said edison Manyawi after casting his vote in a vedio published by The Mirror Masvingo Newspaper.

The Southern Africa Human Rights Lawyers managed to uncover information revealing how hundreds of thousands Zimbabweans voted in Zimbabwe's following districts: **Masvingo, Bikita, Buhera, Gutu, Murehwa, Chegutu, Chipinge, Rusape, Noton, Mutare, and Harare**. Young and old Zanu PF members were given Mozambican identification documents and real voter cards from an unspecified source and were instructed to vote for Daniel Chapo, Frelimo's presidential candidate.



SOUTHERN AFRICA HUMAN RIGHTS LAWYERS HIGH COMMISSION MOZAMBIQUE (SAHRL)

mozambique@sahrf.org.za

www.sahrf.org.za

+258 867383710

The Mirror Masvingo newspaper also reported on these and other similar electoral violations related to the October 9 elections in Mozambique, providing testimonies and photographs.

As early as April, another Zimbabwean newspaper The Mirror had reported on the illegal voter registration of thousands of Zimbabwean citizens for Mozambique's elections.

Zanu PF registered thousands of Zimbabweans to vote in Mozambican presidential and parliamentary elections which place on October 9, 2024, an undercover investigation by The Mirror revealed. The registration process was so brazen that three Mirror reporters are among hundreds of Zimbabweans registered and issued with plastic voter's registration cards from a registration station at Nemamwa Growth Point, 25km South-East of Masvingo on Tuesday 23 April 2024 .

The registration process at across the country started on Monday April 22 until April 28, according to sources at the station in Nemamwa, Mavingo. Mirror reporters like many other registrants could not make it on the first day because of the long queues and had to get a waiting list number for the next day. The desks used in the registration rooms were inscribed "Zanu PF".

While more than a hundred thousand Mozambican citizens failed to vote due to organized disorganization by the electoral authorities with the help of Zanu PF, They did not provide enough staff or the necessary voting materials in many polling stations yet facilitated a massive rigging of about 500 thousand plus illegal voters.

SUMMARY OF ILLEGAL VOTERS

● **BIKITA ,BUHERA & GUTU COMBINED**

53 122 Zanu Pf members illegally voted in the Mozambican election at Command Centre at Duma Training Centre near Nyika Growth Point under the command of Bikita West Zanupf MP Beauty Chabaya & team

● **MUREHWA & SORROUNDINGS COMBINED**

36 872 Zanu Pf members illegally voted in the Mozambican election in Murehwa under the command of Murehwa Zanupf MP Garwe Daniel and Zanu Pf's Murehwa DCC Secretary for transport Mr Matikiti together with other 30 Zanupf chairpersons operating under Murehwa Zanupf DCC.

● **MASVINGO & CHIPINGE COMBINED**

41 213 Zanu Pf members illegally voted in the Mozambican election at Command Centre at Moud Muzenda Training center in Mucheke Suburb, Masvongo town under the command of Zanupf Masvingo DCC Member Tracy Masarakura and Zanu PF Masvingo Provincial youth League Delight Mandebvu & team.

● **MUTARE & RUSAPE COMBINED**



SOUTHERN AFRICA HUMAN RIGHTS LAWYERS HIGH COMMISSION MOZAMBIQUE (SAHRL)

mozambique@sahrf.org.za

www.sahrf.org.za

+258 867383710

76 519 Zanu Pf members illegally voted in the Mozambican election in Mutare under the administration of Zanu Pf Parliamentary Portfolio on Women's Affairs, Community and SME Development Getrude Mutandi & team.

● **HARARE & NORTON COMBINED**

69 019 Zanu Pf members illegally voted in the Mozambican election across Harare under the administration of Zanu PF Harare provincial chairperson Goodwills Masimirembwa, is Vice Chairperson Ephraim Pfundukwa and team.

● **CHEGUTU COMBINED**

19 774 Zanu Pf members illegally voted in the Mozambican election across Chegutu and surroundings under the administration of Zanu PF DCC Youth Affairs Chegutu Admin Cadre R. T Sululu Mwana Norton with Mashonaland West Provincial Youth Chairman Cde T. Masenda along with Norton Constituency District Chairpersons.

THE TOTAL NUMBER OF ILLEGAL VOTES CASTED SO FAR IS 296 519

Thousands of Mozambicans could not vote because their names were removed from the voter rolls by the STAE (Technical Secretariat for Electoral Administration), particularly in neighborhoods and districts that traditionally vote for Renamo and the opposition at large.

In many cases, counting had to be done by candlelight because the power supply was sabotaged and cut off by Frelimo agents.

"In Quelimane, Renamo found a folder with 117 pre-filled ballots in favor of Frelimo. This proves that elections were rigged inside out the country. When the STAE director was questioned, he claimed to know nothing about it and could not explain," Araujo said.

All of these cases have been handed over to the prosecutor's office. The Southern Africa Human Rights Lawyers started its investigation soon after RENAMO's Araujo called for an independent national and international investigations:

The Southern Africa Human Rights Lawyers has evidence to its claims and is ready to challenge the government of Zimbabwe and Mozambican authorities over its claims. As it stands now, it is not worth continuing to hold elections but rather start setting up a date and the fundamental electoral reforms needed for a re-election.